

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 24 de maio de 2023 - Ata n.º 44.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelas Sr.^s Deputados **Denian Couto** (na função de 1.^º Secretário) e **Maria Victoria** (2.^ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **44.^a Sessão Ordinária da 1.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria, 2.^ª Secretária, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^A 2.^ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 43.^a Sessão Ordinária, de 23 de maio de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Denian se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Denian Couto – PODE): Não há Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Delegado Tito Barichello, por cinco minutos, sem prorrogação.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri; cumprimento o Líder da Oposição; cumprimento a imprensa; e cumprimento o público da *TV Assembleia*, que é, enfim, nossa razão de existir neste Parlamento. Utilizo a palavra, Excelências, indignado, preocupado com a situação que assola o nosso País. Tomamos ciência a respeito do Juiz de Direito da 13.^a Vara Criminal Federal de Curitiba, Dr. Eduardo Fernando Appio, que foi afastado pelo Tribunal Regional Federal porque teria, em tese, Sr. Presidente da Assembleia, ligado para o filho do Desembargador Malucelli. E o pior, teria em tese também acessado os dados, Sr. Presidente, através do sistema da Justiça Federal, ou seja, utilizando sua senha, teve acesso ao telefone do filho do Desembargador e ligou para o filho do Desembargador. Vamos lembrar que esse Juiz Dr. Eduardo Fernando Appio é o titular ou pelo menos era o titular da 13.^a Vara Federal e herdou, herdou ele todos os processos da Lava Jato, que foi a maior operação de corrupção da história do Brasil, com o desvio de dezenas de bilhões de reais, e outros bilhões de reais, Sr. Deputado Denian, que foram devolvidos aos cofres públicos. Então é hoje ele, pelo menos em tese, salvo a continuidade do afastamento pelo TRF4, o titular da 13.^a Vara Federal. Vamos lembrar que quando ele assina suas decisões, a sua senha é *Lula22*. Excelências, como Delegado de Polícia, tenho ciência de que a senha de um Delegado, a senha de um Promotor de Justiça, a senha de um Juiz é algo intransferível, cuja responsabilidade é muito grande, porque, como Delegado, simplesmente com a minha senha e meu *iToken*, posso indicar qualquer pessoa, mesmo que não esteja vinculado aos autos – obviamente isso de forma irregular, de forma ilícita. Ou seja, uma senha é uma assinatura eletrônica, é algo muito

perigoso. E esse Juiz da 13.^a Vara Federal, quando julga os processos da Lava Jato, quando decreta uma prisão temporária, uma prisão preventiva, quando absolve ou condena, ele assina *Lula22*. Quando um Juiz assina, um Delegado assina e coloca sua senha e seu *iToken*, o que acontece? Automaticamente no processo, Deputado Gilberto Ribeiro, o nome dele é desenhado nos autos, porque o processo é eletrônico. Então, a forma de manifestação dele é *Lula22*. E a situação ainda piora, Deputado Denian Couto, porque quando foi ouvido pelo TRF4, pelo Conselho do TRF4 a respeito da questão da assinatura, afirmou que tinha uma grande admiração pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que escolheu a senha em virtude das injustiças. Então, vamos lá! Data máxima vénia, com todo o respeito, o Juiz da 13.^a Vara de Federal assina *Lula22* e está julgando os processos da Lava Jato, ou pelo menos estava julgando os processos da Lava Jato, e tem uma grande admiração pelo atual Presidente da República. Demonstrando o quê? A falta de um pressuposto básico no Poder Judiciário, que é a imparcialidade. Não coloco em dúvida o seu conhecimento, a sua cultura, nada disso, mas a base de qualquer julgador é a imparcialidade, é não pender para nenhum dos lados. E infelizmente não é isso o que acontece, motivo pelo qual já oficiamos o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região para que não permita o retorno desse Juiz à 13.^a Vara Federal, e que ele seja enviado obviamente a uma Vara que não julgue processos da Lava Jato. Por quê? Porque não demonstra condição mínima de imparcialidade, que é aquilo que tem que existir para qualquer julgador. Compreendo, então, que em virtude desse vício não pode retornar em hipótese nenhuma. Mas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito, V.Ex.^a usa o horário da Liderança?

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Vou usar. Obrigado. As coisas ainda, Sr. Presidente...

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado, o senhor entrou no horário da Liderança. Depois o senhor me concede um aparte? Vou fazer um contraponto, inclusive, mas se V.Ex.^a me permitir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Perfeito, perfeito, perfeito, sem dúvida alguma.

Deputado Denian Couto (PODE): E na sequência, Deputado Tito, da fala do Deputado Romanelli, também gostaria de aparteá-lo.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Perfeito, também será dado o aparte. Aqui temos o contraditório e a ampla defesa, não suprimimos a liberdade de manifestação, Deputado. E a coisa ainda piora, Senhores, a coisa ainda piora. A primeira decisão do Dr. Eduardo Fernando Appio na Lava Jato, pasmem, foi a absolvição de um empresário acusado de participar de crimes contra a administração pública, de corrupção, em uma obra de R\$ 1 bilhão e 800 milhões. Esse empresário foi absolvido. Mas ele foi absolvido por que, Sr. Denian Couto? Por que ele era inocente? Por que ele não desviou dinheiro público? Por que o nome dele foi utilizado erroneamente? Não, senhores jornalistas! Ele foi absolvido pura e simplesmente por quê? Porque o Sr. Eduardo Fernando Appio considerou as provas ilegais, considerou que o Ministério Público Federal deveria ter solicitado a quebra de sigilo para o Juiz da 13.^a Vara Federal e não tão somente para o Juiz do Principado de Mônaco. Por que o Principado de Mônaco? Onde estava o dinheiro da propina? Onde estava o dinheiro da propina? E é dinheiro público, Excelências! E é dinheiro público! O Principado autorizou o acesso à informação e então o Sr. Eduardo Fernando considerou que a prova era ilegal, senhores jornalistas, que aquele dinheiro desviado - porque havia fato típico, antijurídico, culpável e punível em termos de direito - , que aquele dinheiro desviado que estava nas contas do Principado de Mônaco, o acesso não poderia ter ocorrido através do Poder Judiciário do Principado de Mônaco, a pedido da força-tarefa da Lava Jato. Não! Devia ter sido pedido para o Juiz da 13.^a Vara Federal, para o Juiz da 13.^º Vara Federal pedir para o Principado. E qual que é a

consequência disso? A consequência disso, senhores, é a absolvição de um empresário envolvido em corrupção, em uma obra de R\$ 1 bilhão e 800 milhões. Isso é certo? Isso é correto? Será que é preciso entender de direito para verificarmos que existe algo obnubiloso, algo que não é aceitável, algo que está errado? Não precisamos compreender o direito, porque o direito antes de tudo é proporcionalidade e razoabilidade. Então, já oficiamos o TRF4 para que esse Juiz Dr. Eduardo Fernando Appio não retorne para 13.^a Vara Federal Criminal por falta de imparcialidade, que é o requisito básico de qualquer julgador. Primeiramente, Deputado Romanelli, atleticanos, concedo-lhe a palavra.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Tito, gosto de ver V.Ex.^a na tribuna. É um homem inteligente, conhece o direito, argumenta. Não vou entrar na discussão processual, até porque não li o processo e vi também pela imprensa esses dados que V.Ex.^a relata, mas a mim me parece que o problema da questão do afastamento do Juiz Eduardo Appio não está vinculado a nenhuma decisão que ele tenha tomado no âmbito, teria sido um suposto telefonema que ele teria feito ao filho de um Desembargador Federal, que, aliás, é uma pessoa que estimo muito, foi recém-promovido a Desembargador Federal, Dr. Marcelo Malucelli, amigo desta Casa aqui inclusive. Mas, o que queria dizer é o seguinte, durante o período da Lava Jato, várias vezes na tribuna, como Líder do Governo aqui na Casa, fiz críticas à Lava Jato na questão que envolvia o desmonte da indústria do óleo e do gás no Brasil, da perda de mais de um milhão de empregos, da questão que envolvia a desestruturação da engenharia nacional, ou seja, da forma com que a Lava Jato foi conduzida. A Lava Jato, todos sabem, tinha um caráter de buscar de fato banir políticos e, obviamente, empresários que malversaram recursos públicos, mas, ao mesmo tempo, sempre tivemos a preocupação que não acontecesse o que de fato acabou acontecendo, que foi o baque na economia que o Brasil não se recuperou até hoje. E a mim me parece que neste caso da 13.^a Vara Federal temos que ter lá a Dr.^a Gabriela Hardt, que é uma Juíza, ela já demonstrou também em alguns outros momentos, de forma pontuada inclusive, que é aquela famosa sentença do sítio de Atibaia do Presidente Lula, que ela tem visão parcial. Ela se manifesta politicamente. Entendo isso. Então, veja, entendo

que não é desejável que nós jurisdicionados sejamos sujeitos a sermos julgados, qualquer cidadão neste País, por um Juiz parcial - Juiz ou Juíza parcial. Então, quero dizer o seguinte, o suposto telefonema de fato se aconteceu é grave, como são também graves as manifestações que a Juíza fez durante esse período todo e os seus posicionamentos políticos. Então, entendo assim, o desejável é que tenhamos Juízes imparciais, e acho que esse é o sentimento que V.Ex.^a leva à tribuna. Agradeço pelo aparte.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Obrigado, Deputado. Deputado Denian Couto, que me pediu um aparte.

Deputado Denian Couto (PODE): Agradeço, Deputado Tito. Quero cumprimentá-lo pela manifestação e não posso ouvir calado o que acabei de ouvir. Definitivamente há uma tentativa conduzida pela esquerda de reconstruir os fatos reais. É a narrativa. A Operação Lava Jato não levou à cadeia, não levou ao cárcere um único inocente. Todos os que foram presos, foram presos porque havia sobradas provas de que cometaram crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro. Há uma tentativa, Deputado Tito, de transformar os bandidos em mocinhos e de criminalizar aqueles que realizaram uma correta persecução criminal. A operação Lava Jato desvendou o maior esquema de corrupção da história do Brasil, e essa operação de repente é tratada aqui como se fosse responsável por problemas econômicos do País. Quem cometeu crime é que atacou a mais importante estatal brasileira. A Odebrecht, que agora tenta posar de uma empresa séria, chegou a ter na sua organização institucional um departamento exclusivo para pagamento de propina a políticos corruptos; a OAS é confessa; a Andrade Gutierrez, da mesma maneira; a Queiroz Galvão também. A tentativa de se transformar a operação Lava Jato: *Nossa, promotores, procuradores, delegados, agentes da Polícia Federal e o Judiciário inteiro tenta se fazer, meu Deus, uma persecução injusta.* Chega! Parabéns, Deputado Tito! O senhor traz o pingo em cima do “i”. Agora, os ladrões do dinheiro público tentam posar de mocinhos. A sua fala aqui não deixa. E a minha solidariedade à magistrada Dr.^a Gabriela Hardt pela excelência do trabalho que desempenhou, e

espero que ela fique à frente da operação Lava Jato daqui para frente. Agradeço o aparte.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Obrigado, Deputado. Temos que separar, obviamente, o joio do trigo. A conduta da juíza Dr.^a Gabriela é irrepreensível e ela aplica a lei ao caso concreto, punindo somente pessoas, somente réus que praticaram fatos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Delegado Tito, um minuto para concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): ... somente punindo aqueles que praticaram fatos típicos, antijurídicos, culpáveis e puníveis, ou seja, no linguajar popular, aqueles que cometem crimes; e absolvendo aqueles que não cometem crimes. Infelizmente, a conduta do Dr. Eduardo Fernando Appio macula o ordenamento jurídico; e pedimos através de ofício que não retorne à 13.^a Vara Criminal Federal, por falta de imparcialidade. Como Deputados Estaduais, como defensores da comunidade, eleitos pela população, temos essa obrigação de lutar pelos interesses da sociedade e não aceitarmos, em hipótese nenhuma, que a imagem do Poder Judiciário, que é excepcional, que é escorreita, seja de alguma forma denegrida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa dos alunos do 3.^º ano do ensino médio do Colégio da Polícia Militar de Curitiba, acompanhados pela professora Lineti Firmo Rodrigues. Sejam bem-vindos. Dos Vereadores de Realeza, Sr. Ozéias de Oliveira e Bento Emiliano, e do Diretor-Geral da Câmara de Realeza, Patrick Raota, por solicitação do Deputado Luís Corti e desta Presidência; dos Vereadores de Serranópolis do Iguaçu, Pedro Lauro Sehn, Loacir José Dembogurski e Jilberto José Daniel. Sejam bem-vindos também. Esta Presidência registra a presença de todos. Próximo orador, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Bom dia, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. A Lava Jato é tipo aquela série de televisão ruim: ninguém mais assiste, mas insistem em colocá-la no ar. Uma programação que não deu certo para o povo brasileiro, uma trama que teve cunho político, tanto que os dois cabeças da operação Lava Jato, o Promotor e o Juiz, viraram políticos. Usaram a operação para fazer política. E tudo isso que estamos vendo hoje foi perseguição ao sistema político, a políticos e a grupos econômicos. Mancharam, acusaram, não provaram e condenaram publicamente muitas pessoas, tudo com o raio do *PowerPoint*, tudo com convicção. Agora, quando o Deltan “moralidade” cai na ficha limpa que tanto defendia por ter provas, por ter documentos e não convicção, e não *PowerPoint*, começa esse alvoroço dessa tal Lava Jato. A Lava Jato só fez bem para um grupo do Ministério Público Federal e para um Juiz que virou político com sede de se tornar o justiceiro, um Juiz parcial que combinava pelo *WhatsApp*, ou melhor, pelo *Telegram* com o Promotor a sentença, a estratégia. Em um país com leis mais firmes, teríamos outro resultado do que a candidatura, teríamos a cadeia para ambos, porque é proibido isso - o direito à defesa. O que vimos é uma série de impunidades. Mas o tempo, quando a Justiça do homem não é rápida o suficiente, a divina sempre acontece. E o que está acontecendo hoje com os dois justiceiros é fruto do que plantaram, das ilegalidades cometidas. Não vi os Deputados da base do Deltan Dallagnol defenderem que ele colocasse escuta ilegal, sem autorização judicial, no próprio Ministério Público; não vi nenhum deles defenderem que ele se apropriasse de diárias do Ministério Público para fazer política; não vi nenhum deles defenderem os processos que ele responde por vazar informações para a imprensa. Vocês vão falar que ele é inocente, sendo que o cara tem dois processos condenados por isso, responde por mais 15 e saiu, pediu exoneração por não ter coragem de encarar o processo e para escapar da ficha limpa. Ora, se vocês defendem a legalidade, é para todos, não é só para ele. Como que ele é inocente, é injustiçado se as provas estão conectadas ao processo? Não é a convicção, não é o *PowerPoint*, são documentos, e ele está pagando pelo o que fez, como todos quando erram têm que pagar. O Juiz justiceiro lá de Maringá, que hoje é Senador, também agora está respondendo por

processos e vai ter direito a defesa, coisa, Deputados e Deputadas, que os que eles acusavam nem direito a defesa tiveram, porque eles vazavam as coisas e acusavam publicamente e não dava tempo sequer de a defesa se manifestar. O que estamos vendo hoje é o mundo dando voltas. Entendo a reação, entendo o nervosismo; acabou o castelo de fantasia, está desligando o programa, a série ruim está chegando ao fim e as pessoas já estão vendo uma outra série, uma outra série de esperança, que traz um dia bonito, que traz um Brasil diferente, que faz com que esta síndrome de maldade suma do nosso País. Por isso, a Lava Jato, que não deveria ter sido usada politicamente como foi, chegou ao seu fim e as pessoas não dão mais credibilidade. Ou vocês acham que o caminhão em que passou o Deltan esta semana com muito apoio, ou melhor, sem apoio algum é por quê? Porque as pessoas descobriram a verdade, e a verdade tarda, mas não falha. Lava Jato política não dá mais, ninguém aguenta! Vamos desligar essa telinha.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Denian Couto. E registro a presença do Vereador de Telêmaco Borba, Sr. Toninho, por solicitação do Deputado Thiago Buhrer. Seja bem-vindo.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, é impressionante a tentativa do PT de tentar reconstruir os fatos, de narrar de forma diversa o que realmente aconteceu no Brasil. Quem acabou de ouvir o Deputado Arilson Chiorato, daqui a pouco fica com a impressão de que os condenados da Lava Jato são todos anjos de candura e que os Procuradores da República, os Magistrados, os Delegados de Polícia, os Agentes da Polícia Federal é que são os vilões. Mas, essa tentativa da esquerda de recontar a história por mim não passará jamais de forma batida. Vou relembrar os fatos aqui aos que se fingem de bobos ou que esqueceram. A operação Lava Jato foi a maior entre todas já realizadas no País de combate à corrupção, conseguiu a recuperação bilionária de dinheiro roubado do povo brasileiro e levou à cadeia criminosos, criminosos da política e do alto empresariado da República. A Odebrecht, a maior empreiteira do Brasil, que agora tenta dizer em um livro de seu

fundador que foi vítima de uma tortura, tinha um departamento interno apenas para pagar propina a políticos desonestos. Foram levados à cadeia políticos de diferentes partidos porque roubaram, porque *meteram a mão no jarro*, porque se organizaram criminosamente, porque lavaram dinheiro. Luiz Inácio Lula da Silva, hoje Presidente do Brasil, foi condenado em primeira instância pela Justiça Federal do Paraná e essa decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região por unanimidade, inclusive com o aumento da pena. O então Juiz Sérgio Moro deu pena menor do que deu o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região. Houve recurso ao Superior Tribunal de Justiça, que, por unanimidade, por cinco votos a zero, confirmou a condenação de Luiz Inácio Lula da Silva. Aí o Supremo Tribunal Federal entendeu que o juízo de Curitiba era incompetente, que deveria haver outro julgamento, mas Lula é um homem experiente, com mais de 70 anos, os crimes prescreveram e se limpou a ficha de um homem condenado não uma vez, mas três vezes, três, por corrupção, lavagem de dinheiro e tido pela investigação como o general da corrupção no Brasil. Limpou-se a ficha artificialmente. Aí o Lula está com a ficha limpa e é Presidente do Brasil, e o Procurador Chefe da operação Lava Jato, que foi quem comandou no Ministério Público o trabalho da operação, esse está com a ficha suja. Os senhores da esquerda acham que a população lá fora acredita nesse discurso dos senhores de que são limpos os corruptos e sujo é o Procurador? Façam-me o favor! Os *passadores de pano* da República agora acham absolutamente natural que o atual Juiz da Lava Jato, afastado, entre no sistema, capture o telefone do filho de um Desembargador Federal, *print* a tela, mande a tela para um advogado amigo do PT e ligue para o Desembargador se fazendo passar por outra pessoa, para fazer ameaça velada. Um Juiz Federal! E os *passadores de pano* vêm aqui dizer que isso está certo? Onde foi que V.Ex.^{as} acharam que o povo lá do lado de fora é burro? Será que os senhores não... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Denian, um minuto para concluir.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Usarei o tempo da Liderança, Sr. Presidente. Por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Os senhores precisam tomar um choque de realidade. Lula, ao contrário do discurso que foi feito na campanha... Vejam a barbaridade! Quero chamar a atenção dos colegas jornalistas que aqui estão. Durante a campanha eleitoral, Lula disse... Olhe o tamanho da *fake news*, Deputado Guerra. Lula disse, durante a campanha, que foi absolvido 26 vezes, inclusive pela ONU. A ONU sequer órgão jurisdicional é! E não há, Sr.^s Deputados, uma única sentença absolutória. Lula escapou porque os crimes prescreveram. Vamos parar de mentir. Vamos falar sério. Foi por conta de uma decisão do STF controversa que se limpou a ficha do hoje Presidente do Brasil. Mas, chegamos ao ponto de normalização das coisas, que tem gente, Deputado Guerra, que está achando normal um Juiz Federal ligar para um advogado filho de um Desembargador e fazer ameaça velada; e tem gente aqui defendendo que esse magistrado volte ao comando da Lava Jato.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Deputado Denian, posso, por gentileza?

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Pois não, Deputado.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Ouvi atentamente a fala do meu amigo, colega Deputado Tito Barichello, agora ouço V.Ex.^a com muita propriedade, com muita firmeza, em uma eloquência pouco vista e fico me perguntando também. Ouvi aqui há pouco o Deputado Romanelli falar, fazer uma fala, que falou que supostamente houve a ligação. Não foi supostamente. A Polícia Federal fez a perícia do áudio. De menos quatro até quatro graus, foi previsto no nível três, que é a fala da ligação feita ao João Malucelli, filho do Desembargador do TRF4, Marcelo Malucelli. Sim, tratava-se da voz do Juiz Federal Eduardo Appio. Meu Deus do Céu, que insanidade praticada por um Juiz

Federal, passando-se por um servidor público que não existe, da Justiça Federal, para fazer uma ameaça velada ao filho do Desembargador Marcelo Malucelli, por ele ser namorado da filha do Ex-Juiz Sérgio Moro, atual Senador da República Sérgio Moro. Meu Deus do Céu, em que País tupiniquim vivemos! Pelo amor de Deus, como V.Ex.^a diz: Será que a população lá fora acredita nesse bando de asneiras que temos que escutar aqui? Realmente fico indignado quando vemos pessoas *passando pano* na bandalheira, na *sacanagem*, na corrupção, criticando o Ex-Deputado Deltan Dallagnol, o Senador Sérgio Moro pelo o que fizeram em prol do nosso País. Disse aqui na semana passada: R\$ 6 bilhões devolvidos aos cofres públicos, fruto de delações premiadas. O STF não absolveu nenhum desses, ele anulou os atos praticados, minha gente. Vamos parar de enganar a população! A população paranaense é uma população, como sempre digo, ordeira, uma população que visa sempre à honestidade, o respeito, o zelo pela coisa pública. Até quando vamos vivenciar isso, Deputado Fabio Oliveira? Até quando vamos ter que ouvir esse mesmo discurso que prega o amor praticando aqui o ódio? Não vamos nos calar, Deputado Tito, Denian, Fabio. Temos que ser essa voz eloquente da população paranaense, que quer realmente os *pingos nos is*. Parabéns! Faço das suas as minhas palavras mais uma vez.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Agradeço ao Deputado Guerra. Passo o aparte agora ao Deputado Fabio Oliveira.

Deputado Fabio Oliveira (PODE): Deputado Denian, mais uma vez parabéns pela abordagem, principalmente em defesa do que na verdade nem precisaria - pela história e pelos resultados que trouxeram - ser defendido. Isso já deveria ser um assunto do passado, só que infelizmente, pelas batidas de pé no chão e pelos rebolados que vemos, é algo que vamos ter que continuar defendendo. Mais de R\$ 25 bilhões recuperados pela operação que trouxe o maior caso de corrupção da história recente do Brasil. Quando achamos que as coisas já estão caminhando para um desfecho justo, vemos um Juiz, um Juiz Federal, como V.Ex.^a bem disse, ligando pessoalmente para o filho de um Desembargador. E, como bem apontado pelo Deputado Guerra, não há qualquer dúvida em relação a isso, não há

suposição, foi comprovado pela tecnologia. Vejo o nosso Parlamento mais uma vez tendo que ouvir a defesa de uma operação. Como engenheiro, a matemática para mim é clara, ela faz parte do meu dia a dia, e a Lava Jato se prova matematicamente por todos os resultados. Se não bastasse o dinheiro que foi roubado, acho que é um caso de trazermos à luz, novamente, as vidas que foram retiradas, que se perderam, que morreram por causa da corrupção, e isso não vamos deixar de fazer, por isso não vamos nos calar. Mais uma vez, parabéns, Deputado Denian, por sua fala.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Agradeço ao Deputado Fabio Oliveira. Quero usar uma expressão sua, Deputado Fabio, para encerrar a minha manifestação aqui. O senhor falou que tem gente rebolando para construir discurso. Esses malabares argumentativos, esse rebolado retórico que a esquerda cria, essa tentativa que considero até infantil de tentar recontar a história, vamos continuar vivendo nesses próximos anos; mas cabe a nós que sabemos o que houve não deixar, não permitir que se reconstrua a verdade a partir de uma narrativa falsa. Portanto, vamos erguer a voz sempre aqui. Aqueles que vêm rebolar retoricamente na tribuna podem saber: Rebolou, eu rebato. A Deputada Cloara há pouco ouvia também de forma atônita o discurso, viu a minha inscrição e disse: *Você vai falar, não é, Denian? Vou, Deputada Cloara. Não hoje, sempre. Sempre!* E dizer aos incautos, àqueles que podem vir a ser iludidos com a narrativa do PT de que a operação Lava Jato foi uma perseguição ao coitadinho do Lula, dizer o seguinte: Apenas de dinheiro devolvido, dinheiro roubado e devolvido, estamos na casa de R\$ 6 bilhões. Ou alguém vai dizer que o dinheiro devolvido não existe? Alguém vai dizer que as confissões todas dos crimes são fantasia? De que se roubou a Petrobras de mão cheia? Gerentes da Petrobras *prostituíram* um milhão, 100 milhões, 50 milhões, 200 milhões. Eles falavam de um milhão como se fossem cinco “*pila*”, 10 “*pila*”. Os senhores acham que a tentativa de *passar um pano* na imagem dos ladrões vai funcionar para cima de mim? Vai não. Vai não! Quem deveria estar preso hoje preside o Brasil. Sabemos quem está do lado certo e quem não está. Daqui a pouco vamos ver outros rebolados retóricos aqui. Vou até sentar para assistir de camarote. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Pela liderança do PSD, Deputado Bazana... Ah, não, quero me desculpar. Pela liderança do PT, Deputado Doutor Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Minha saudação a todas e todos. Logo, logo vou fazer o rebolado retórico, pelas palavras desrespeitosas de quem me antecedeu, por conta do seu argumento fictício, por conta do seu despreparo, do seu desconhecimento e do desrespeito aqui exposto. Rebolado retórico guarde para o seu conhecimento limitado, parco e estruturado em palavras vazias, mentirosas e que rebaterei em breve. Queria saudar inicialmente a Deputada Márcia e o Deputado Tiago Amaral, por conta do convite a mim estendido com relação à Audiência Pública da Telessaúde. E aí sim algo com muita propriedade, que envolveu muita gente e trouxe ao debate aquilo que em Guarapuava, no ano de 2012, na construção do meu programa de governo, já sinalizávamos e construímos uma possibilidade. E que no dia da Audiência fiz questão, para o Deputado Tercilio, de expor que tínhamos algumas respostas construídas com a população, justamente para a telessaúde, especificamente para a telemedicina. Senti-me muito honrado. Sempre que precisarem de mim, da minha experiência, da minha vivência, no meu convívio nesse amálgama de SUS e iniciativa privada, embora muitas vezes tachado de comunista - nunca vi comunista trabalhar na iniciativa privada -, mas assim me comprehendo e assim luto pela saúde. Ao mesmo tempo, ao Líder do Governo, uma pessoa de uma educação esplêndida, mas que ontem cometeu um pequeno deslize representando o Governador com relação ao direito de greve dos nossos funcionários. É um direito de greve. Greve talvez seja o limite máximo da negociação. Você tenta, você conversa, você procura a mesa das negociações. E é isso que as universidades estão procurando, é isso que nossos funcionários querem, não é por... Quem vai para uma greve e parte para ela, e é histórico, já a primeira parede ocorreu nas indústrias Crespi, lá em 1910. Quem vai para uma parede, quem vai para uma paralisação, e o anarco-sindicalismo construía essas possibilidades, e que veio depois pelo movimento sindical nacional...

Deputado Hussein Bakri (PSD): Se você puder me dar um aparte antes do final.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Pois não, pode fazer.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Acho que talvez V.Ex.^a, que tenho respeito profundo, V.Ex.^a talvez não escutou meu discurso inteiro. Falei que era uma posição que o Governo tomou, que se fosse eu continuaria o debate. Fui muito claro. Então, se V.Ex.^a considera um erro, não é meu.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Sim, senhor. Então, que seja do Governador, do qual o senhor representa aqui. Gostaria já de entrar na temática do rebolado retórico da esquerda, por conta de que quando argumentamos, quando construímos o nosso entendimento, estamos rebolando retoricamente, quando se repete uma mentira várias vezes, usando a velha tática nazista, construído pelo propagandista nazista, pelo monstro Goebbels, que dizia: *Uma mentira repetida várias vezes, torna-se uma verdade.* A Lava Jato inicialmente tinha os seus méritos, mas houve uma ingerência política, construída com o objetivo de impedir a reeleição do Presidente Lula. Ou alguém acredita que alguém teria um apartamento naquele valor, no Guarujá, sem ter nenhum registro de imóvel? Quando você vai aos autos, diz que o Presidente Lula foi condenado pelo Juiz imparcial, aquele que colocava escuta telefônica na carceragem, aquele da condução coercitiva do Lula, que mobilizou um batalhão de membros da Polícia Federal. Esse imparcial, esse imparcial coloca nos autos que ele não encontrou nenhum crime do Presidente Lula. Esse mesmo que quando do Mensalão assessorava Rosa Weber e na condenação do José Dirceu - e não é rebolado, companheiro - escreveu lá, está lá: *Não encontramos culpa no Sr. José Dirceu, mas o rito jurídico me permite condená-lo.* O que é isso? É rebolado? É rebolado retórico? Está lá escrito. Vá ler. Ou não consegue? Pois bem, esse Presidente, Presidente Lula, perseguido, fez questão de enfrentar os tribunais, fez questão. E muda-se a lei para condená-lo em 2.^a instância. Lembram-se disso? Muda-se a lei para condenar o Presidente da República. Mas, retorno aqui: Vamos consolidar o argumento de que nós da esquerda estamos iludidos, e vamos fazer uma análise

real do que ocorreu. De fato se resgatam alguns bilhões - importante isso -, mas se esquece de que 4 milhões de empregos são pulverizados das empreiteiras nacionais. Quero lembrar aqui...

Deputado Denian Couto (PODE): O senhor me concede um aparte? Trinta segundos, Deputado.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Não vou lhe conceder aparte. Pela sua deselegância, não lhe concederei aparte. Não lhe concederei. Vou continuar rebolando retoricamente. Oportunamente, o senhor voltará a essa tribuna, falará e vou rebatê-lo também. Não, não vou, não vou. Não! Vou aqui argumentar, preparei o meu argumento aqui e vou fazê-lo. Vim para falar de uma coisa e o senhor foi deselegante conosco; mantenha a sua deselegância e depois conversamos. Bem, o que acontece? Queria lembrar do Tribunal de Nuremberg, pós Segunda Guerra Mundial. No Tribunal de Nuremberg o nazismo é julgado como um todo: A força para algumas lideranças e as empresas que lá estavam colocadas, pelo gigantismo, pela capacidade tecnológica, foram poupadas - diretores foram condenados. Houve uma tentativa, sim, de acordo de leniência, para que os diretores das empreiteiras fossem, pagassem pelos seus crimes, mas que as empresas continuassem íntegras. No entanto, isso feria o interesse americano, que estava de olho na Petrobras. Deputada Cloara, se a senhora necessita que alguém lhe represente, também queria contra-argumentar. Se nós da esquerda falamos não é porque sonhamos, não é porque rebolamos; nós observamos, estudamos a história e vemos os quatro milhões de empregos dizimados, dizimados pela operação Lava Jato, que trouxeram um prejuízo que nunca mais as empreiteiras nacionais se recuperaram. Não se quis o acordo de leniência, não se quis preservar as empresas nacionais, não se quis preservar as empresas de ponta. Os nossos engenheiros que trabalhavam nessas empreiteiras viraram motoristas de Uber, é só ir a São Paulo e ao Rio de Janeiro, ir a vários locais para ver o que aconteceu. Com a nossa indústria naval também. E, pasmem os senhores, o Juiz, o Juiz, visto como o Juiz imparcial, vai aparecer com força, com propriedade na Operação Spoofing, que é antecedida, que é

antecedida pelo caso hacker, o hacker de Araraquara, Walter Delgatti. Walter Delgatti conseguiu *hackear* o *Telegram* e lá estava o Juiz Sérgio Moro, e lá estavam os Procuradores, vários deles, inclusive o Sr. Deltan Dallagnol, que combinava posicionamentos do próprio Sérgio Moro. Eles combinavam - aquele que iria julgar com aquele que iria acusar - de forma desonesta, de forma injusta, destruíam a possibilidade dos réus de terem uma ampla defesa. E isso ficou caracterizado primeiro pelo hacker de Araraquara, que Glenn Greenwald, Glenn Greenwald, o ganhador do Pulitzer, sobre o caso Snowden, Gleen Greenwald trouxe à tona para o Brasil inteiro, só não viu quem não quis, quem usou essa cegueira seletiva de atacar e atacar cada vez mais a principal figura nacional. E o Juiz, de tão imparcial que era, vai aparecer posteriormente na Operação Spoofing, quando ele manda arrecadar, quando ele manda pegar todas as mensagens do *Telegram* e passa a colocar para os juízes que ele tinha alguns detalhes que os juízes não iriam gostar. O Supremo Tribunal Federal arrecada e, posteriormente, mudando-se a guarda desses documentos, cai na mão de um Juiz garantista, o Juiz Lewandowski. E o Partido dos Trabalhadores, através da defesa do Presidente Lula, tem acesso, e o Brasil conhece os diálogos impublicáveis, porque a mídia não quer publicar, entre o Juiz Sérgio Moro e o Deltan Dallagnol, o mesmo do *PowerPoint*, que com convicção acusava o Presidente Lula, mas sem provas. E vamos aceitando essa mentira repetida várias e várias vezes. Não, isso não é rebolado retórico! Está lá, pesquisem. Pelo amor de Deus, *Google*, gente. Sempre falo: a mãozinha direita na tela ou a mãozinha esquerda, vão no *Google*, pesquisem *Walter Delgatti, hacker de Araraquara*. Pesquisem no *Google* a Operação Spoofing. Vão lá e vejam isso, pelo amor de Deus! Aí muitas máscaras cairão e vamos ver que não adianta, não adianta espernear, lá está. O Presidente Lula poderia ter saído do País, poderia ter se refugiado, mas teve a coragem do enfrentamento... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputado Doutor Antenor, V.Ex.^a tem mais um minuto para concluir.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Agradeço pela possibilidade. Pelo amor de Deus, não vamos repetir esse erro. Aquilo que foi levantado aqui pelo Delegado Tito Barrichello pode ter, sim, nexo, e é importante discutir isso. Agora, querer pura e simplesmente transformar Sérgio Moro e Dallagnol, seja quem for, em um santo, não dá! A prova é que Sérgio Moro vai se tornar Ministro da Justiça do Bolsonaro. Ministro da Justiça! Que imparcialidade é essa, gente? Parece que vai querer um aparte? Pois não, querido.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Pode continuar sua fala, Excelência.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Vou concluir, então. Agradeço pela possibilidade, mas vamos fazer esta breve reflexão. Voltarei aqui em breve para muitos rebolados retóricos, porque se isso é rebolar retoricamente quero continuar rebolando e defendendo uma causa justa, e não engolindo a repetição da mentira cotidianamente para... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Agradeço. Está concluído.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): *Pela ordem,* Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Quero fazer um comunicado à Casa, Excelência. Ontem, durante a fala do líder Hussein Bakri, fizemos aqui um alerta sobre a gravidade que poderia acontecer hoje pela manhã, que era a transferência da coordenação de fiscalização de infraestrutura da ANTT do Paraná para São Paulo. E a repercussão, felizmente, foi positiva. A ANTT hoje retirou da pauta de deliberação, pelo menos momentaneamente, depois da repercussão negativa, desistiu de retirar a coordenação de fiscalização de infraestrutura aqui do Paraná. Acho que esta Casa aqui tem que se manifestar, sim, quando o

interesse público estiver sendo tratado, até porque todos sabemos, em função da modelagem feita pela própria ANTT, nós paranaenses não teremos nenhuma interface com o novo contrato de pedágio. Não há nada que possibilite a nossa participação, não há conselho de gestão da malha estadual, enfim, vamos depender exclusivamente da ANTT. Então, para nós é fundamental manter a coordenação da fiscalização de infraestrutura aqui no Paraná. Felizmente, houve um recuo por parte da Agência Reguladora, retirando da pauta de hoje de deliberação da diretoria essa mudança. Esperamos que isso seja definitivo e que o escritório, enfim, que a coordenação seja mantida aqui no Paraná. Obrigado a todos os Deputados que apoiaram, ao Líder Hussein Bakri, que também fez as gestões necessárias para que pudéssemos de fato estar anunciando, enfim, que não foi deliberado, está suspensa a retirada da coordenação de infraestrutura da ANTT aqui do Paraná.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): *Pela ordem.*

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito provavelmente não vou nem falar hoje nos horários - temos visita para o Requião aqui e tenho compromisso. Mas não posso, Sr. Presidente Marcel, deixar de ressaltar aqui o papel importante que esta Casa tem. Às vezes, pensamos que as coisas que colocamos aqui não ecoam. Ecoam, sim. Ontem foi alvo inclusive de repercussão estadual, notícia nos principais telejornais. Tanto é verdade que veio a notícia hoje de que houve um recuo. Também quero ressaltar o papel importante do Partido dos Trabalhadores, é uma causa de todos nós. Alguns podem até dizer que não tem tanta importância assim, acho que tem. Fortalece o Estado, é importante, principalmente pelo número, a quantidade de rodovias que temos. Então, quero parabenizar a todos que alertaram. Quero, permitam-me, fazer aqui uma menção à minha equipe jurídica, todos que nos alertaram no dia de ontem e o apoio que tivemos aqui dentro da Casa, Deputado Romanelli. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Também gostaria de parabenizar a equipe da Liderança de ter tido essa observação. A força da Liderança do Governo, da Liderança também da Oposição, sempre o alerta que o Deputado Romanelli faz com relação a este tema, e acho importante esse recuo. E, mais uma vez, o Estado do Paraná não perderá essa representatividade. Quero aqui fazer uma saudação ao Vereador de Ivaiporã, Sr. Edivaldo Montanheri, em nome do Deputado Artagão Júnior; da Vereadora de Jaguariaíva, Sr.^a Verli Ribas, pelo Deputado Bazana; e fazer aqui também uma saudação aos Vereadores do município de Quarto Centenário que passaram pelo nosso gabinete. Em nome da Liderança do PSD, Deputado Bazana tem a fala.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Bom dia, Sr. Presidente Marcel Micheletto, agora assumindo o nosso Ex.^{mo} Presidente Ademar Traiano. No lugar do nosso 1.^º Secretário, Deputado Turini; e a nossa 2.^a Secretária Maria Victoria. Bom dia a todos os nossos demais Deputados e Deputadas. Nesta manhã, venho aqui na tribuna agradecer ao nosso Presidente Ademar Traiano por ter me indicado para fazer parte e representar a Assembleia Legislativa do Paraná no Coede, que é o Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiências. E dizer, Presidente Ademar Traiano, que a nossa Assembleia passa a ter voz nesse Conselho e participamos de todas as reuniões defendendo. É uma causa muito importante, que é a causa da pessoa com deficiência. A Assembleia está presente lá, e a indicação sua agradeço de coração poder fazer parte. Quero agradecer ao Deputado Evandro, porque permitiu que fizéssemos parte também da Comissão da Criança e do Adolescente, e isso faz com que o nosso trabalho continue árduo nesta missão e nesta causa muito importante que temos dentro do Paraná. Quero mais uma vez agradecer ao nosso Presidente Ademar Traiano, pois solicitamos que hoje enfatizasse com a iluminação verde a nossa Casa, a pedido da Associação Mães de Pessoas com Esquizofrenia. Este alerta é feito hoje porque quase 1% da nossa nação tem esse transtorno. Esse transtorno de esquizofrenia caracteriza-se por uma grave desestruturação psíquica, perdendo a capacidade de associar seus sentimentos e emoções com seus pensamentos e ações, que pode causar crenças irreais, percepções falsas do ambiente e conduta que revela

a perda do senso crítico da realidade. O transtorno pode ressaltar em dificuldades sociais, seja no trabalho ou relacionamento, e tende a diminuir a capacidade produtiva da pessoa. Infelizmente, a esquizofrenia ainda não tem cura, mas com o tratamento adequado e continuado a pessoa poderá voltar a viver e ter uma vida normal. E estamos dando ênfase para que o Brasil se atente a esse transtorno tão importante, que faz com que as famílias sofram muito com isso, e precisamos ressaltar essa importância. Também venho aqui fazer um alerta a todo o nosso Paraná e ao nosso Brasil. Com essas descrenças nas vacinas do nosso País, estamos perdendo e voltando a ter doenças que já estavam erradicadas há mais de 30 anos, como a poliomielite. Apenas 72% dos nossos brasileiros foram vacinados no ano de 2022. Isso faz com que a poliomielite volte. A paralisia infantil que já não existia mais está voltando no nosso País. Então, com essa descrença que foi colocada na nossa Nação, relativo às vacinas, muitos pais estão deixando de vacinar seus filhos da poliomielite. Então, isso é muito importante, é uma coisa que ressalto e levo para que os pais não deixem de levar seus filhos para tomar a vacina da poliomielite, porque não podemos deixar uma doença que já estava erradicada em nosso País, há mais de 30 anos, voltar a acontecer. E ainda vemos cinco casos recentes no nosso País da paralisia infantil. Isso é um absurdo. Então, mais uma vez, ressalto que os pais atentem a essas questões da paralisia infantil, que vacinem seus filhos. E vamos chegar aí, se não a 100%, mas pelo menos a 97%, 98%, quando era o normal no nosso País tomar a vacina da poliomielite. Era só por isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de São José dos Pinhais, Delegado Michel, do PSD, por solicitação do Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, rapidamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): *Pela ordem*, Deputado Artagão.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Queria ter usado o horário do Grande Expediente. Ontem tinha dito que precisava, novamente, voltar a abordar aquela questão de Paranaguá. Com duas linhas, Presidente. A primeira no sentido de continuar demonstrando a preocupação da Assembleia Legislativa, sobretudo deste Deputado com relação às coisas que acontecem no nosso litoral, aquele vazamento de nafta que ainda continua com respostas a serem apresentadas. Tinha colocado aqui, Presidente, a sugestão da instalação da uma Comissão Especial de Investigação. Semana passada, pelas informações que recebemos, a empresa foi multada pelo IAT em um milhão e meio, mas isso é muito pouco, Presidente, em relação aos danos e aos impactos. É importante, inclusive, que a sociedade paranaense saiba os nomes das pessoas, os nomes dos proprietários, os nomes dos diretores. E, não obstante isso, Presidente, mas dando sequência a essa preocupação, tinha solicitado a esta Casa o dia 26 de maio para que promovêssemos uma Audiência Pública para tratar daquele Projeto de Lei que assinamos junto com V.Ex.^a, junto com o Deputado Alexandre Curi no sentido de promover medidas preventivas e posteriores a eventuais possíveis vazamentos ou danos ambientais. Consultamos alguns órgãos, Presidente, consultamos alguns especialistas que queremos ouvir nessa Audiência Pública. Então, estamos encaminhando, através dessa Presidência e da Diretoria Legislativa, a sugestão de alteração de data para que possamos fazer duas semanas para frente, de tal forma que possamos mobilizar todos os atores para este importante debate, debate que tem por objetivo cuidar do nosso litoral do nosso Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok, Deputado Artagão. Já vou determinar ao nosso Cerimonial que defina a data com V.Ex.^a. Próximo orador, Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, não vou fazer uso da palavra, mas levantaram tantas suspeitas sobre o Ex.^{mo} Juiz Appio, e gostaria só de perguntar se esqueceram que a “suposta vítima” da ameaça é sócia do Juiz Sérgio Moro no escritório? Então, fica aqui a minha dúvida sobre a integridade da vítima também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein Bakri, declina?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Declino.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (PROS), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Requião Filho (PT), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Bührer (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (43 Parlamentares); Deputados ausentes com jusitificativa: Cristina Silvestri (PSDB), conforme Art. 97 § 4º do Regimento Interno; Delegado Jacovós (PL), conforme Art. 97 § 3º I do Regimento Interno; Paulo Gomes (PP), conforme Art. 104 I § 1º do Regimento Interno; e Ricardo Arruda (PL), conforme Art. 104 I § 1º do Regimento Interno (4 Parlamentares); Deputados ausentes sem jusitificativa: Ana Júlia (PT), Mabel Canto (PSDB),

Nelson Justus (UNIÃO), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Renato Freitas (PT), e Samuel Dantas (PROS) (7 Parlamentares).]

Projeto que necessita de Apoimento.

Projeto de Lei: *(Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 441/2023*, do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública ao “Instituto Gratidão”, com sede no município de Piraquara.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 241/2023, de autoria da Deputada Ana Júlia, que dispõe sobre o reconhecimento das batalhas culturais de rima enquanto patrimônio cultural imaterial no Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Emenda da CCJ. Vamos apreciar nesse turno Emenda aprovada em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, o voto é “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira e Gilson de Souza. Deputado Matheus, V.Ex.^a precisa registrar a presença e votar. Deputado Do Carmo, seu voto. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello,**

Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Mabel Canto, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Tiago Amaral (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei 241/2023.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 196/2022, de autoria dos Deputados Ricardo Arruda, Alexandre Amaro, Cantora Mara Lima, Flávia Francischini, Fabio Oliveira, Artagão Junior, Gilson De Souza e Delegado Tito Barichello, que declara o evento marcha para Jesus patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão. Em votação o Projeto. Votando.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Obrigado, Senhor Presidente. A *Marcha para Jesus* já faz parte do Calendário Oficial de Curitiba e também do Paraná, com Lei Estadual e Municipal vigente. Ela acontece sempre no terceiro sábado do mês de maio, atraindo milhares de pessoas. Este ano até o Deputado Alexandre Curi esteve conosco, vários Deputados e Deputadas, a Deputada Mara, o Deputado Gilson. Vários Deputados Estaduais e Federais estiveram conosco, inclusive a presença do Senador Sérgio Moro, do Deputado Fábio. O Deltan Dallagnol também estava presente. Todos os anos, essa marcha tem sido assim algo muito grandioso aqui no Estado do Paraná. Então, quero pedir a todos os

nobres colegas que, indiferente à religião, que deem o voto “sim” para esta Marcha que tem sido motivo assim de alegria aqui em Curitiba. Esta é a 28.^a Marcha para Jesus, sempre com o apoio do nosso Governador Ratinho Júnior, do Prefeito Rafael Greca. Muito obrigado, Senhor Presidente. Peço voto “sim” a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nosso voto é “sim”, Presidente. Importante Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Alisson Wandscheer, Adão Litro, votou, Do Carmo, Deputado Douglas, Deputado Goura, Deputado Soldado Adriano, votou. Deputado Douglas, por favor, votar. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Goura, Gugu Bueno, Mabel Canto, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Samuel Dantas (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei 196/2022.**

Os **itens 3 e 5** faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 545/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede título de utilidade pública à Associação

Nossa Senhora da Divina Providência, com sede no município de Cambará.
Parecer favorável da CCJ.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 246/2023, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que concede o título de utilidade pública à Associação Projeto Recrutando Vidas - Aprorev, com sede no município de Londrina. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação, Sr.^s Deputados. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Goioerê, Sr. Fabiano Barbosa, por licitação do Deputado Tiago Amaral. Seja bem-vindo. Hoje, com muita alegria, informamos que a nossa assessora, competente e especial, Dr.^a Kika, está de aniversário. (Aplausos.) Ainda pendentes os votos dos Deputados Douglas, Gilson e Reichembach. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Ana Julia Ribeiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Mabel Canto, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Samuel Dantas (13 Deputados).]** Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 228/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 42/2023, que altera a Lei n.º 17.504, de 11 de janeiro de 2013, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná e o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, e a Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo Geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Em discussão o Substitutivo Geral. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, fizemos um Substantivo na CCJ para melhorar o Projeto e facilitar a inserção de recursos fundo a fundo. Portanto, é para melhor. Podem voltar com segurança, que o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputados Alexandre Amaro, Arilson, Delegado Tito, Denian, Do Carmo, Douglas, Fábio Oliveira, Flávia Francischini, Marcio Pacheco e Soldado Adriano José. Votação encerrada, Sr.º Deputados: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Ana Julia Ribeiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Do Carmo, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Mabel Canto, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Samuel Dantas (15 Deputados).]** Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 6 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 402/2023, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que denomina Thiago Borges de Carvalho o Centro de Treinamento e Instrução – Base Soe, localizado no município de Londrina. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nosso voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, vou encerrar a votação. Deputado Do Carmo, como vota V.Ex.ª? “Sim”? Flávia Francischini. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Ana Julia Ribeiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Mabel Canto, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Samuel Dantas (14 Deputados).]** Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 402/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável da Deputada Flávia Francischini.)**

ITEM 7 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 507/2021, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Nilton dos Santos. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Flávia, pode votar em outro terminal, se for o caso, senão registro o seu voto “sim” aqui. Ok. O anterior também? Ok. Devidamente registrado. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Reichembach, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Ana Julia Ribeiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda e Samuel Dantas (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 507/2021.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 468/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que institui o mês de conscientização, valorização e defesa das pessoas com nanismo, a ser celebrado anualmente no mês de outubro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em causa própria o Alexandre está proondo? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro,

Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (39 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Ana Julia Ribeiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Mabel Canto, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 648/2022.

Os Itens 9, 13 e 14 há Requerimento de retirada por três Sessões. (**Requerimento n.º 1082/2023**, dos Deputados Requião Filho e Hussein Bakri, requerendo o adiamento de discussão e votação dos Projetos de Lei n.os 340/2023, 373/2023 e 374/2023, pelo prazo de 3 sessões.) Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**)

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 340/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 62/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de segmento rodoviário que especifica e a transferência desse ao município de Santa Helena, com pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. **Retirado de pauta.**

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 373/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 70/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de segmentos rodoviários que especifica e a transferência desses ao município de Florida. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. **Retirado de pauta.**

ITEM 14 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 374/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 71/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação de segmento rodoviário estadual que especifica e a transferência

desse ao município de Entre Rios do Oeste. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Retirado de pauta.

Vamos agora submeter ao voto os **Itens 10, 11 e 12**, também de forma agrupada, por serem matérias correlatadas.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 370/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 67/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Umuarama, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 371/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 68/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Foz do Iguaçu, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 372/2023, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 69/2023, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Doutor Camargo, do imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, o Deputado Anibelli está perguntando como é que ficou o resultado do jogo dos Atléticos ontem?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Nós estamos em primeiro lugar na tabela. Só essa informação que posso passar para os senhores.

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): O Deputado Anibelli vai passar quem é o líder da chave.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): O Deputado Anibelli... Nem em controle remoto o Deputado Anibelli consegue mais assistir jogo nenhum, não é?

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Respeito é bom e eu gosto.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): E estamos na Libertadores, não caminhando para a segunda divisão. Só deixando consignado, Sr. Presidente: Na Libertadores.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Presidente, por favor, exija respeito aí.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): E vamos ser primeiro do grupo ainda.

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): O Deputado Anibelli acabou de me cumprimentar pela Liderança.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhrer e Tiago Amaral (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Samuel Dantas (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Requerimentos do Deputado Goura...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Envio de expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Requerimento n.º 1080/2023, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo informações e melhoria das condições de permanência no ensino regular na perspectiva da educação inclusiva; e **Requerimento n.º 1081/2023,** do Deputado Goura, solicitando informações ao Secretário de Estado e do Esporte, Sr. Hélio Renato Wirbiski, acerca da distribuição de recursos do Pró–Esporte. Devidamente encaminhados como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimento n.º 1079/2023, do Deputado Tiago Amaral, solicitando a dispensa de votação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 402/2023. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1083/2023, das Deputadas Mabel Canto, Líder da Bancada Feminina, Cristina Silvestri, Maria Victória, Cloara Pinheiro, Ana Júlia, Cantora Mara Lima e Luciana Rafagnin, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Maria Luiza Ribeiro Viotti, primeira mulher a ser nomeada Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos; **Requerimento n.º 1084/2023,** do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Sr. Rafael Vitale Rodrigues, solicitando explicações sobre a minuta de

alteração e transferência da Coordenação de Infraestrutura e Logística, no Estado do Paraná, para o Estado de São Paulo, conforme minuta que altera a Resolução sob o n.º 5.977, de 7 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1085/2023**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações ao Diretor Presidente do Ipardes, Sr. Jorge Augusto Callado Afonso, em comemoração aos 50 anos de fundação do Ipardes; **Requerimento n.º 1086/2023**, dos Deputados Arilson Chiorato, Ana Júlia, Goura, Evandro Araújo, Hussein Bakri, Luiz Cláudio Romanelli, Do Carmo, Mabel Canto, Requião Filho, Cristina Silvestri, Doutor Antenor, Tercílio Turini, Márcia Huçulak, Luciana Rafagnin, Renato Freitas, Batatinha, Professor Lemos, Luiz Fernando Guerra e Matheus Vermelho, solicitando o envio de expediente para o Ex.^{mo} Ministro dos Transportes, requerendo o recebimento de comitiva de Deputados do Paraná para tratar do programa de concessão das Rodovias Integradas do Paraná, e requer a inclusão do programa de concessões ao novo modelo criado pelo Governo Federal em 2023; **Requerimentos n.º 1087/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento do Sr. Oscar Antônio Klos e Hiltô Glir; **Requerimento n.º 1088/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo que determine rigor nas apurações, se necessário enviando equipes para auxiliar nas investigações, relativas ao crime de triplo homicídio ocorrido no dia 22 de maio de 2023 no município de Jacarezinho, no bairro Jardim Angélica, onde foi vitimada uma mulher, uma criança de cinco anos e uma recém-nascida de 18 dias de vida; **Requerimento n.º 1089/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Hiltô Glir; **Requerimento n.º 1090/2023**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando o envio de votos de congratulações ao Centro de Oncologia Cascavel (Ceonc), Hospital do Câncer, pelos 30 anos de fundação; **Requerimento n.º 1091/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro de votos de louvor e congratulações à Sr.^a Mariza Del Claro, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área das artes plásticas e por ocasião da exposição “Olhar Humano na Humana Curitiba”; **Requerimento n.º 1092/2023**, do Deputado

Alexandre Amaro, solicitando o envio de votos de congratulações ao Deputado Federal Marcelo Crivella e o envio de moção de apoio à PEC n.º 5/2023; **Requerimento n.º 1093/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de votos de congratulações pelas comemorações alusivas aos 26 anos de conquista do Assentamento 8 de junho, no município de Laranjeiras do Sul; **Requerimento n.º 1094/2023**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sr.^a Ana Luiza Verzola, em virtude do prêmio recebido na 28.^a edição do concurso internacional de fotografia de família – Outstanding Maternity Awards; **Requerimento n.º 1097/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de expedientes aos Secretários de Estado do Turismo (Setu), Secretário de Estado da Infraestrutura do Planejamento e da Infraestrutura e Logística (Seil), requerendo a implantação de placas de sinalização turística e rodovias nos trechos constantes dos novos lotes delegados de concessão das rodovias pedagiadas pela indicação dos principais atrativos das regiões turísticas; **Requerimento n.º 1100/2023**, do Deputado Luís Corti, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Cooperativa de Produtores de Sementes - Coprossel, sediada em Nova Laranjeiras.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1096/2023, dos Deputados Delegado Tito Barichello, Ricardo Arruda, Alexandre Amaro e Flávia Francischini, requerendo a coautoria do Projeto de Lei n.º 407/2023, de autoria dos Deputados Delegado Tito Barichello, Flávia Francischini e Ricardo Arruda; **Requerimento n.º 1099/2023**, do Deputado Bazana, solicitando o arquivamento do Requerimento protocolado sob o n.º 1062/2023.

Justificativas de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 4º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência justificada): **Requerimento n.º 1095/2023**, do Deputado Marcel Micheletto, apresentando justificativa de ausência

na Sessão Plenária do dia 15 de maio de 2023; **Requerimento n.º 1098/2023**, da Deputada Cristina Silvestri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 24 de maio de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 29 de maio de 2023, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 196/2022, 545/2022, 67/2023, 241/2023 e 246/2023; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 228/2023; 2.ª Discussão dos Projetos de Leis n.ºs 507/2021, 468/2022, 370/2023, 371/2023 e 372/2023; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 279/2023 e 290/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 10h54, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)